

Darliane Amaral
(Organizadora)

DESAFIOS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Darliane Amaral
(Organizadora)

DESAFIOS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios da socioeducação no Distrito Federal

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Darliane Amaral

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios da socioeducação no Distrito Federal /
Organizadora Darliane Amaral. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-809-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.097211712>

1. Professores - Formação. 2. Socioeducação. 3. Atuação
profissional. I. Amaral, Darliane (Organizadora. II. Título.

CDD 371.26

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Franz Kafka escreveu no conto “*Um Relatório Para uma Academia*” a captura de um macaco e o treinamento pelo qual foi submetido na tentativa de moldar o símio conforme os objetivos estabelecidos pelos capturadores, que era transformá-lo em um ator de teatro. Esse conto nos remete em alguma medida para o Sistema Socioeducativo quando estabelecemos relação do processo de treinamento do símio com os os adolescentes considerados infratores, autores de comportamentos delinquentes, desviantes e em conflito com a lei, e que são submetidos ao tratamento/treinamento socioeducativo para punir os atos ilícitos que os levaram a serem capturados. Uma vez bem treinados, serão considerados aptos para regressarem ao *habitat* deles que, por vezes, é o mesmo contexto social no qual cometeram as infrações.

Ao usarmos as palavras captura, treinamento e punição, podemos, talvez, chocar os mais sensíveis, pois poderiam alegar que elas estão associadas à violência, desumanidade, violação de direitos da criança e do adolescente, e depreciação do ser humano. No entanto, sublinho que as associamos às etapas de tratamento impostas aos adolescentes que integram o Sistema Socioeducativo, por considerar que elas representam o modo como o Estado brasileiro trata essa categoria de pessoas. Questionamos em que medida esses termos podem ser apropriados ou agressivos no que se refere ao tratamento que hoje chamamos de Socioeducação. Desconfio que esses termos só são chocantes quando consideramos que o modo como o Estado tem tratado o adolescente que comete ato ilícito é a medida mais apropriada para aplicar punição, pois reveste-se de uma tentativa de transformação do adolescente num perfil de gente/pessoa que é determinado pelo ordenamento social como o aceitável. Os que acreditam que o Sistema tal como está promove educação e ressocialização preferirão termos menos agressivos, por defenderem essencialmente que os termos usados humanizam o Sistema, que, afinal, é propagado por muitos como humanizado. Não hesitam em defender que a legislação que garante a proteção integral do adolescente e a regulamentação das medidas socioeducativas são efetivas. Nessa perspectiva, o adolescente que foi parar na Socioeducação recebe o tratamento adequado e justo ajudá-lo na possibilidade de transformação das trajetórias em que cometeu atos ilícitos. E, se ele não se ressocializar com êxito, certamente a rebeldia foi dele. Recai sobre o adolescente a incapacidade de rompimento com a prática de ato infracional.

Desde logo, cumpre-nos reconhecer a importância dada à temática de estudo desse livro, pois, a nosso ver, é urgente a necessidade de refletirmos na academia e nas instâncias sociais o tema da socioeducação. O livro resulta das atividades de pesquisa como requisito parcial do curso de Especialização em Políticas Públicas em Socioeducação, pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e Universidade de Brasília (UnB). O livro apresenta um panorama da Socioeducação no Distrito Federal, propondo uma análise dos contextos profissionais em que os autores atuam, apontando situações e temas que do ponto de

vista deles se caracterizam como desafios presentes no Sistema Socioeducativo face aos normativos legais que preveem proteção integral ao adolescente.

No primeiro capítulo, Marina Lorenzi aborda sobre a importância da formação técnica e humana na Socioeducação. Para a autora, são imprescindíveis os conhecimentos da formação técnica, pois eles capacitam os profissionais para desempenharem melhor o seu ofício, bem como reconhecer a importância do diálogo como ferramenta humana na realização do trabalho. Na visão da autora, as formações técnicas e humanas são fundamentais para os profissionais que atuam no Sistema e devem ser vistas como indissociáveis para possibilitar ao adolescente uma efetivação de medida socioeducativa que o capacite para a ruptura com os atos ilícitos.

No segundo capítulo, o autor Raimundo Nonato apresenta um histórico de como se deu o tratamento infantojuvenil e ancora as reflexões da pesquisa de campo na análise de entrevistas aplicadas aos profissionais da área da saúde e da educação. O estudo debate a superação do histórico excludente e punitivo que marca o tratamento dado ao adolescente no Brasil.

Em seguida, Marta Rios aborda sobre a atuação da escola dentro da Unidade de Internação de Santa Maria, com reflexões sobre o compromisso dos professores com os adolescentes que cumprem a medida de internação, considerando a escolarização um desafio diário, pois há muita instabilidade da frequência das aulas, em que a equipe da segurança alega que a escola é um espaço favorável para haver discórdia e confusões entre os internos. A pesquisa demonstra a preocupação dos professores em criar vínculos afetivos com o objetivo de estabelecer relação de confiança e respeito com os adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação.

O quarto capítulo é de autoria da Iara Lima e trata da importância do fortalecimento de vínculo afetivo entre os adolescentes que cumprem medida socioeducativa e seus familiares. A autora considera um desafio realizar projetos que integrem os adolescentes e os familiares.

Por fim, o último capítulo, da autoria de Antonio Neto, investigou sobre a gestão e a importância do trabalho em rede. O autor aponta a necessidade de implementar no Sistema Socioeducativo um trabalho que agregue vários setores do próprio Sistema, bem como as diversas instâncias sociais. A proposta apontada pelo autor é no sentido de tentar romper com o sistema punitivo que dura anos e não cumpre as garantias de direitos previstos aos adolescentes.






Os cinco capítulos debatem temas comuns, mas abordados por vieses diferentes, os quais se constituem como desafios presentes na realidade da Socioeducação.

Darlíane Amaral
Brasília/2018

REFERÊNCIA

KAFKA, F. **Um médico rural**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO TÉCNICA E HUMANA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA SOCIOEDUCAÇÃO Marina V. A. Rocha Lorenzi  https://doi.org/10.22533/at.ed.0972117121	
CAPÍTULO 2	15
SOCIOEDUCAÇÃO E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS Raimundo Nonato dos Santos  https://doi.org/10.22533/at.ed.0972117122	
CAPÍTULO 3	31
ESCOLA NO CONTEXTO DA SOCIOEDUCAÇÃO Marta Gomes Rios  https://doi.org/10.22533/at.ed.0972117123	
CAPÍTULO 4	46
GRUPO MULTIFAMILIAR NO CONTEXTO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA: UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS AFETIVOS ENTRE A FAMÍLIA E O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI Iara de Sousa Lima  https://doi.org/10.22533/at.ed.0972117124	
CAPÍTULO 5	64
GESTÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO: REDE DE PROTEÇÃO OU SISTEMA PUNITIVO? Antonio Tavares da Silva Neto  https://doi.org/10.22533/at.ed.0972117125	
SOBRE A ORGANIZADORA	73

Data de aceite: 04/11/2021

Marta Gomes Rios

Licenciatura em Pedagogia. Pós-Graduação em Gestão Escolar e Recursos Humanos. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal

RESUMO: O texto analisa a escolarização na Unidade de Internação de Santa Maria no Distrito Federal. Recorrendo aos procedimentos metodológicos de uma investigação qualitativa em que se aplicou entrevistas semiestruturadas aos professores e adolescentes, a investigação apontou que a escola se configura como um espaço pulverizado de burocracias em detrimento de uma rotina que priorize a constituição do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Adolescente. Unidade de Internação.

SCHOOL IN THE CONTEXT OF SOCIO-EDUCATION

ABSTRACT: The text examines the schooling in the Socio-Educational Unit of Santa Maria in the Federal District. Using the methodological procedures of a qualitative research in which semistructured interviews were applied to teachers and adolescents, the investigation pointed out that the school is configured as a space pulverized of bureaucracies to the detriment of a routine that prioritizes the constitution of the human being.

KEYWORDS: School. Adolescent. Socio-Educational Unit.

1 | INTRODUÇÃO

Eu me chamo Marta, nasci no interior da Bahia, e moro em Brasília desde 1996. Fiz curso técnico em Magistério, depois fiz os cursos de Bacharel em Administração de Empresas, Licenciatura em Pedagogia, Pós-graduação em Gestão Escolar e Recursos Humanos e ao longo dos anos, fiz vários cursos de aperfeiçoamento na área de Educação, tendo em vista que sou professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal desde o ano de 2000. Trabalhei com diferentes Modalidades de Ensino. Atuei como professora do Ensino Fundamental I e II, trabalhei com Turmas de Aceleração (alunos com distorção idade/série), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, desde 2014 até os dias atuais, trabalho na UISM – Unidade de Internação de Santa Maria. Inicialmente, atuei como professora para alunos das Séries Iniciais e, posteriormente, passei a atuar como coordenadora pedagógica. Foi a minha primeira experiência com a Socioeducação. Em 2018 finalizei um curso de especialização em Políticas Públicas e Socioeducação pela Escola Nacional de Socioeducação e Universidade de Brasília.

Sempre gostei de desafios e de experimentar novas realidades no âmbito profissional. Gosto da minha profissão e procuro

sempre me aperfeiçoar por meio de cursos, pesquisas e outras fontes de informação, visando acima de tudo adquirir novos conhecimentos para que eu possa oferecer um serviço de mais qualidade.

Antes de conhecer o sistema socioeducativo, eu tinha uma percepção distorcida acerca dos adolescentes que cometem atos infracionais. Assim como boa parte das pessoas, o preconceito, a discriminação e o julgamento malicioso, faziam parte da minha percepção quanto a esses menores. Porém, depois que conheci de perto a realidade da socioeducação, tal percepção mudou. Hoje, vejo que se tratam de pessoas com direitos e deveres, com sentimentos, com ideais, e que por algum motivo enveredaram no caminho que os torna adolescente em conflito com a lei. Alguns foram vítimas da exclusão social desde crianças, pois, eram e ainda são, privados das mínimas necessidades (saúde, educação, segurança, lazer, moradia, etc), já outros, entraram no mundo da violência por rebeldia, vaidade, pela busca do prazer, cultura de consumo e até mesmo por vislumbrar uma vida de farra, ostentação e status social.

Ressalto aqui a minha grande satisfação em está atuando na área da Socioeducação, embora seja uma área com muitos desafios. Outrossim, foi para mim uma experiência inovadora e diferente de tudo que eu já tinha vivido anteriormente. Trabalhar com menores infratores tem me ensinado muito acerca da visão de mundo, da relação entre as pessoas e da dignidade humana. No entanto, apesar do pouco tempo de experiência no sistema socioeducativo, já foi possível perceber alguns problemas e entraves em se tratando do cotidiano dos trabalhos e atividades realizadas dentro das unidades de internação, que acabam interferindo negativamente quanto ao resultado no atendimento aos adolescentes. E, neste sentido, reflito aqui sobre o funcionamento da escola como também mais um espaço pulverizado de burocracias em detrimento da constituição do ser humano e que em certa medida não colabora para que haja mudança nos comportamentos dos adolescentes no período da aplicação da medida socioeducativa.

Apesar das garantias mencionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, Lei nº 12.594/2012), ainda existem muitas falhas no sistema socioeducativo. Dentre elas, destaco o trabalho da escolarização dos adolescentes, que infelizmente não funciona com regularidade e são desenvolvidos de forma bastante precária. Sendo assim, foi possível identificar alunos sem motivação para os estudos, falta de material pedagógico e de estrutura adequados para realizar as atividades diárias, despreparo de alguns professores ao atuar em sala de aula com esses adolescentes, indisposição dos agentes no que se refere ao percurso de deslocar o adolescente para a escola, falta de apoio da equipe técnica em se tratando de acompanhamento de alunos que tenham alguma dificuldade de aprendizagem, burocracia do próprio sistema, dentre outros.

Partindo desse pressuposto surge o seguinte questionamento: É possível desenvolver

na escola práticas educativas que contribuam para modificar e/ou transformar o processo de escolarização em mais significativo e eficaz para os adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa dentro de uma unidade de internação? Assim, não é nosso interesse eleger a escola como a grande responsável pelo processo educativo e de ressocialização do adolescente, mas pensar sobre as relações que são estabelecidas na rotina escolar e como ela possibilita ou não o processo educacional do adolescente. Dessa forma, é nosso objetivo investigar na rotina escolar indícios que nos ajudem a refletir sobre a relação educação e punição no processo educacional na Unidade de Internação. Observaremos tanto o aspecto humano (alunos, professores e outros profissionais que atuam direta e indiretamente com a educação) bem como o aspecto material, sejam eles, o local, a estrutura, os materiais pedagógicos.

Este texto está estruturado da seguinte forma: Introdução que ora se faz, referencial teórico, caracterização da instituição e procedimentos metodológicos, resultado e análise dos dados, considerações finais e referências bibliográficas.

21 A ESCOLARIZAÇÃO EM CONTEXTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

As medidas socioeducativas têm por objetivo ressocializar os adolescentes que cometeram algum ato infracional. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069), a socioeducação deveria considerar o pressuposto de que o desenvolvimento humano deve se dar de forma integral, contemplando todas as dimensões do ser, enquanto sujeito de direitos e deveres, bem como privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania. Assim, a escolarização dentro ou fora do contexto socioeducativo seria um dos fatores essenciais para o desenvolvimento do ser humano. No entanto, para o adolescente que cumpre a medida socioeducativa de internação a rotina escolar é formalmente reconhecida como parte importante e fundamental no processo de desenvolvimento pessoal e social, mas na realidade não é efetivamente um fator relevante que colabore com o rompimento dos atos ilícitos.

Identificar a importância da escola como parte indispensável na construção do conhecimento e valorizar seu funcionamento dentro das unidades de internação constitui um grande desafio nas políticas socioeducativas de atendimento aos jovens infratores, tendo em vista que, infelizmente, a cultura da punição sobrepõe a cultura da educação e do diálogo. Pretende-se, com isso, garantir a proteção integral dos adolescentes e o atendimento aos seus direitos, por meio de um conjunto de ações que possa inseri-los na vida social, proporcionando uma “educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente” (VOLPI, 2002, p. 14). Como garantir todos esses direitos se a sociedade não muda a estrutura excludente para receber o adolescente que

cumpra a medida de internação?

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069), traz como definição jurídica de adolescência, a pessoa que tem idade entre 12 e 18 anos incompletos. Na visão de Ayres, 2018, p.19 “os adolescentes são considerados um segmento da população de elevada vulnerabilidade, devido à estrutura social encontrada em países como o Brasil”.

Alguns aspectos associados a essa vulnerabilidade são a dificuldade de acesso a informações adequadas, a necessidade de explorar, experimentar riscos e transgredir, a dificuldade de escolhas, a indefinição de identidades, a necessidade de afirmação perante o grupo, a desagregação familiar e o acesso às drogas.

Sabemos também que o adolescente é um ser ativo, interativo e se encontra numa fase de desenvolvimento físico e psíquico. E com os adolescentes que se encontram em restrição de liberdade não é diferente. Sentir-se acolhido, reconhecido como alguém que merece consideração é uma das condições para entrar num processo de construção e identidade de si mesmo.

Diante disso Rossetti-Ferreira (1997) complementa: “é nas interações e através destas que as pessoas se desenvolvem”. Assim, as interações ocorridas no âmbito escolar, fazem toda diferença na vida dos adolescentes internos. Entendemos que é nas interações pessoais que possam estar uma desafiadora possibilidade de educação do adolescente. A nosso ver, o diálogo se constitui um elemento de suma importância na tentativa de não estigmatizarmos o adolescente, mas fazer dele uma fundante prática educativa. Paulo Freire (2016) elege o diálogo como uma condição existencial para todos os processos educativos. Em Freire, o diálogo assume um papel central na constituição educacional e pessoal de formação do homem no processo educativo. Somente com o diálogo é possível o ser humano não assumir posturas autoritárias.

Ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2016, p.135).

Assim, este texto tem como objeto de estudo investigar sobre a escolarização na medida socioeducativa de internação, ou seja, de privação de liberdade em instituição especializada, em que se destacam a condição peculiar de desenvolvimento, a excepcionalidade e brevidade da medida, a obrigatoriedade de atividades pedagógicas e profissionalizantes, além de atividades culturais, esportivas e de lazer.

Segundo Volpi (2002), a medida de internação guarda conotações coercitivas e educativas. Assim, falar de internação significa referir-se a um programa de privação que, por definição, implica contenção do adolescente em um sistema de segurança eficaz. Contudo, afirma o autor, a contenção não é a medida socioeducativa em si, mas tão

somente a condição para sua aplicação, significando limitação no exercício do direito de ir e vir, porém com a garantia de que os demais direitos sejam atendidos, incluindo-se o acesso à educação.

No Artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, diz: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (ECA, Lei n. 8.069)

E, nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforça essa ideia:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, Lei n. 9.394/96)

Daí, a importância de oferecer dentro da Unidade de Internação uma escola de qualidade, que funcione com regularidade e que acima de tudo disponha de um espaço propício para desenvolver atividades pedagógicas e que conte com uma equipe de profissionais preparados para atuar dentro de uma perspectiva educativa ao invés de punitiva.

Sabemos que os adolescentes que se encontram em cumprimento dessa medida, são em sua maioria rotulados como desinteressados em participar das aulas e de fazer as atividades propostas, apontam déficit de conhecimentos com relação ao conteúdo estabelecido pelos parâmetros nacionais para cada série, talvez por já estarem afastados da vida escolar há algum tempo, e, por fim, são jovens que apontam não possuírem motivação para o estudo e que por vezes assumem não ter perspectiva de mudar de vida. Portanto, a escola desempenha um papel fundamental no processo de construção do conhecimento, de estimular o jovem para o estudo como fonte de crescimento pessoal e profissional, de resgatar sua cidadania, e talvez, de perceber possibilidades para uma mudança de vida que o leve ao rompimento com os atos ilícitos e a luta por um futuro promissor.

3 | CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso da pesquisa foi realizado na UISM – Unidade de Internação de Santa Maria, localizada na zona rural da região administrativa de Santa Maria – DF. Foi inaugurada em 20.03.2014 e tem como missão atender meninos e meninas do Distrito Federal que estão em cumprimento de medida socioeducativa. Por ser uma unidade nova, sua estrutura física está em bom estado de conservação. Ela possui dez módulos/pavilhões, uma enfermaria, uma escola, um espaço de convivência, um ginásio de esportes coberto e duas quadras descobertas, um anfiteatro, uma biblioteca e ainda um prédio destinado para realização de

oficinas, palestras e atividades artísticas e culturais, com salas amplas, mesas e cadeiras.

Cabe considerar que, por atender uma clientela mista de adolescentes, existe um muro que separa os módulos masculinos dos módulos femininos. Outro fator relevante é que, para meninos funciona apenas a medida de internação. Já para as meninas, funciona a internação e o atendimento provisório, ou seja, meninas que foram apreendidas, mas que estão aguardando o julgamento.

A UISM é composta por uma direção geral, uma vice-direção e seis gerências, a saber: GEAD (Gerência de Administração), GESAU (Gerência de Saúde), GESEG MAS (Gerência de Segurança, Proteção, Disciplina e Cuidados Masculina), GESEG FEM (Gerência de Segurança, Proteção, Disciplina e Cuidados Feminino), GESPP MAS (Gerência Sociopsicopedagógica Masculina) e GESPP FEM (Gerência Sociopsicopedagógica Feminina). É importante ressaltar que a escola não está inserida em nenhuma gerência, tendo em vista que seu funcionamento é independente à Secretaria da Criança. Dessa forma, o Núcleo de Ensino da Unidade está vinculado ao Centro Educacional 310 da Santa Maria, que por sua vez, está subordinado a Regional de Ensino da Santa Maria e a Secretaria de Educação do DF respectivamente.

A Escola possui 11 salas de aula, todas elas equipadas com mesa, carteiras, lousa e um banheiro. Possui também uma sala de direção e uma sala para coordenação dos professores. O horário de funcionamento no turno matutino é de 08h às 12h e no turno vespertino de 14h às 18h. Atualmente a escola possui 4 turmas de Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano), 10 turmas de Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º Ano), 4 turmas de Ensino Médio e 1 turma mista para atendimento das meninas que estão como provisórias na Unidade. Ressalto ainda que, a maioria dos alunos estão matriculados no Ensino Fundamental Anos Finais, mais especificamente nas turmas de 6º/7º Ano.

Outros dois fatores relevantes acerca do funcionamento da escola referem-se as aulas de Educação Física que ocorrem no mesmo turno das outras disciplinas e isso tem sido questionado constantemente pelos adolescentes, porque, consideram o tempo de aula curto e, o outro fator, trata do lanche que é servido na própria sala e os alunos dispõem de um intervalo de apenas 10 minutos.

O local de pesquisa para coleta dos dados foi a Escola da UISM, tendo em vista que trabalho como coordenadora pedagógica, e o público alvo para efetivação desse estudo são os professores e alunos da referida escola. A metodologia utilizada é de cariz qualitativo, recorrendo como instrumento de recolha de dados a aplicação de entrevista semiestruturada aos professores e adolescentes. Optamos pela entrevista por ela se adequar aos objetivos do estudo, pela interação com os entrevistados e pela riqueza de dados para posterior análise. Dessa forma, a entrevista ocorreu no próprio local no período de 04.06.2018 a 08.06.2018 e foi realizada em duas etapas distintas: A primeira etapa com os professores e a segunda com os alunos. Cabe considerar ainda que foram

entrevistados apenas os alunos do Ensino Médio, pelo fato deles já possuírem um maior tempo de escolarização, o que a nosso ver pode ser um indicador relevante para avaliar com senso crítico o processo de escolarização dentro da Unidade.

Visando alcançar os objetivos no qual se propõe essa pesquisa, a entrevista foi elaborada com perguntas simples e diretas, abordando questões acerca da formação e capacitação dos professores que trabalham na socioeducação, do perfil educacional dos alunos, das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano das aulas, da estrutura física da escola e material pedagógico, e, por fim, das contribuições e desafios do processo educacional na vida dos adolescentes. Sendo assim, informa-se que houve a concessão e autorização dos participantes para a utilização dos dados coletados nas entrevistas.

Após a realização das entrevistas, criou-se 5 (cinco) tópicos de análise para auxiliar no processo de discussão e análise dos dados.

3.1 Resultado e análise dos dados

Tomando como base o resultado das entrevistas realizadas com professores e alunos da UISM, apresentamos a seguir 5 (cinco) categorias para discussão e análise dos dados:

I - Formação e capacitação dos professores

De um modo geral, todos os professores que trabalham na UISM, realizam constantemente cursos diversos de capacitação e aperfeiçoamento na área de educação. A maioria dos professores fazem parte do quadro de efetivo da Secretaria de Educação do DF, e, nesse sentido, todos eles dispõem de oportunidades de cursos presenciais e/ou à distancia oferecidos pela própria rede de ensino. Porém, um aspecto que chamou atenção, é que, raramente são ofertados cursos na área da socioeducação. E, partindo desse pressuposto, foi unânime o desejo dos professores em participar de cursos específicos voltados para o sistema socioeducativo e suas práticas escolares.

Dessa forma, os professores relataram que, é por meio da Formação Continuada que os professores da instituição tornam-se mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias visando sanar as dificuldades e possivelmente propor mudanças significativas em toda a comunidade escolar. Daí a importância e necessidade desses professores de participar de cursos voltados para sua prática pedagógica, ou seja, cursos voltados para a socioeducação.

Ser professor, hoje, significa não somente ensinar determinados conteúdos, mas, sobretudo um ser educador comprometido com as transformações da sociedade, oportunizando aos alunos o exercício dos direitos básicos à cidadania (SOUZA, 2008, pag. 42)

O atual contexto em que vivemos, com aceleradas mudanças e permeado de uma avalanche de informações que nem sempre se transformam em conhecimento, vem exigir do professor uma releitura do seu papel frente a essa nova realidade. É evidente que esse cenário apresenta-se rico de possibilidades, requerendo do professor atualização permanente para que possa acompanhar da melhor forma possível às transformações sociais, econômicas e culturais que vem ocorrendo na sociedade e assim exercer a sua profissão de forma competente. E nesse sentido, Cunha (2007) reforça que, “a docência inovadora passa por um processo de mudança paradigmática, permeadas por questões que exigem um trabalho aprofundado de investigação e reflexão”.

Em se tratando da rotina escolar desenvolvida com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, os professores consideram como sendo essencial, além de cursos de capacitação, ter empatia pelo papel que desempenham como educador, afinal, é preciso ir além da transmissão de conteúdo, é necessário interagir com o adolescente, incentivá-lo por meio de atividades educativas para que possam possibilitar mudança para a vida. É de suma importância que o adolescente se desenvolva como um indivíduo autêntico em que assuma postura ética na esfera pessoal e social consigo e com as pessoas. Assim, manter-se atualizados e oferecer diferentes metodologias em sala de aula, constitui um item indispensável nesse processo de educação escolar na Unidade de Internação. Não obstante, também valeria a pena questionar juntamente com a atualização das práticas dos professores, a necessidade de uma renovação das práticas escolares propostas por um sistema de ensino vigente há anos, em que não se aponta mudanças e nem permite que se aponte críticas ao modelo escolar posto tal como se encontra.

Com relação a opinião dos alunos acerca da formação e capacitação dos professores, a maioria deles avaliam os professores como sendo bons profissionais, dotados de conhecimento, e que, acima de tudo, tem disposição, paciência e habilidade para conduzir a aula e se relacionar de forma harmoniosa com os alunos.

II – Perfil Educacional dos alunos

Nesse aspecto foi explorado questões acerca do comportamento, participação e interesse dos alunos no que se refere à escola. Assim, todos os alunos entrevistados relataram gostar de estudar e de frequentar a escola da Unidade. Consideram o estudo como uma oportunidade para mudança de vida e crescimento pessoal, além de ajudar no processo de ressocialização. Demonstraram mais interesse pelas aulas de português e de educação física, e que possuem mais facilidade para entender essas disciplinas. Informaram também ter mais dificuldade em assimilar os conteúdos de química. Muitos dos entrevistados disseram ter mais facilidade em aprender dentro da escola da unidade do que na escola da rua. Para estes, os professores da UISM são mais atenciosos, pacientes e não tem preconceito com os alunos, e, o fato de existirem poucos estudantes por sala,

contribui no processo educacional.

No ambiente escolar, o professor tem que ser equilibrado emocionalmente, além de dar atenção ao aluno, deve se aproximar, elogiar, saber ouvir e reconhecer seu valor, acreditando na sua capacidade de aprender e de ser uma pessoa melhor. Essas ações favorecem a afetividade no aluno. O professor proporciona segurança e respeito, na forma de expressar seus sentimentos. O carinho e a atenção é parte da trajetória na construção da aprendizagem mútua, sendo apenas o começo do caminho a ser percorrido pelo aluno no período de escolarização. (PEREIRA e GONÇALVES, 2010, p.14)

Sendo assim, a relação estabelecida entre professor e aluno deve ser prazerosa, de respeito e de confiança, tendo em vista que ações afetivas favorecem o ambiente de aprendizagem.

Já os professores, ao serem questionados acerca do comportamento dos alunos, afirmaram que a maioria deles interage bem com os colegas, realizam as atividades propostas, possui um bom comportamento e participam das aulas. Porém, nem sempre demonstram interesse pelo conteúdo trabalhado, e segundo um professor, esse aspecto deve-se ao fato de boa parte deles apresentarem dificuldades de raciocínio e falta de pré-requisito para está na série atual. Outros professores relataram também que, existe uma variação de comportamento desses alunos, pois, tem dias que eles demonstram mais interesse nas aulas, já em outros momentos eles mostram-se dispersos e apresentam inquietação ou desânimo por motivos alheios à escola e isso interfere diretamente no seu comportamento em sala de aula. Sendo assim, é preciso que o professor esteja sensível e atento para perceber essas questões, visando acima de tudo, compreender o aluno e buscar ajuda-lo a superar tais frustrações. Daí a importância de manter um relacionamento afetivo em que haja o respeito e a confiança entre as partes.

Cabe considerar que, para alguns professores, os alunos demonstram um falso interesse em estudar. Diferentemente dos alunos de escolas regulares, que possuem expectativas com relação aos estudos, que são incentivados pelos pais e que almejam fazer uma universidade ou prestar concurso público, os alunos da unidade, apesar de participar das aulas, estudam porque é mais conveniente e mais atrativo ir para a escola do que ficar trancado no quarto. A escola funciona como um passa tempo mais interessante e por isso, boa parte deles, quando terminam de cumprir a medida e deixam a unidade, não dão continuidade nos estudos e retornam para as ruas e cometem os mesmos atos, ou seja, voltam para vida da criminalidade. Assim, nota-se que muitos alunos demonstram um interesse momentâneo pelo conteúdo trabalhado, e que, com o passar dos dias, aquilo não tem mais significado nenhum para ele. E nesse aspecto, muitos professores relatam que os alunos possuem uma memória fraca, pois, o que eles estudam hoje esquece no dia seguinte. Assim, poucos são os alunos que conseguem acompanhar o conteúdo de

forma sequencial. Há de se dizer que essa realidade da falta de interesse pela escola e pelos conteúdos, bem como o baixo desempenho escolar não é uma realidade unicamente presente nos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação, uma vez que esses aspectos estão pulverizados na educação escolar como um todo. É bem verdade que os adolescentes internos não veem muito sentido na escola, uma vez que eles já conhecem o contexto social em que vivem e para se inserirem vão adquirindo habilidades e conhecimentos que são aprendidos no cotidiano da vida sem vínculo algum com os conteúdos da escola. Nesse processo de inserção social e cultural há adolescentes que acabam indo parar na Unidade de Internação e resta aos professores, equipe técnica da Unidade e ao Estado o dever de possibilitar ao adolescente a tentativa de transformação dos comportamentos infratores por meio da educação em detrimento de práticas punitivas.

III – Práticas pedagógicas desenvolvidas

Ao analisar as práticas pedagógicas todos os professores seguem o currículo programático da série e procuram, na medida do possível, cumprir o conteúdo da disciplina correspondente. Porém, eles não se limitam apenas em trabalhar o conteúdo proposto. Buscam em suas aulas, debater sobre outros assuntos, falar sobre atualidades e questões voltadas para o interesse dos alunos. Aproveitam também, sempre que surge oportunidade na sala, tratar de temas motivacionais e que inspirem os alunos a refletirem sobre o modo de vida que eles levam, os atos cometidos e suas consequências e a tomada de atitude para a mudança de vida e de postura diante das pessoas e da sociedade.

Por se tratar de estudantes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa de internação e de todas as peculiaridades do sistema, os professores e toda a equipe escolar se esforçam em ministrar aulas mais atrativas, menos cansativas e que prendam mais a atenção dos alunos. Porém, muitas vezes se esbarra na limitação de uso de recursos pedagógicos, nas regras da instituição e até mesmo, na condição comportamental em que os alunos se encontram, pois, de acordo com alguns professores, tem dias que os alunos estão muito agitados e torna-se quase impossível dar aula.

De acordo com Saviani (2008), a escola tem a função de socializar os conhecimentos produzidos pelos homens. E, para isso, o trabalho pedagógico deve criar condições para que o aluno se aproprie dos conhecimentos, o que faz com que a escola seja responsável pelo processo de humanização dos indivíduos.

E, nesse sentido, alguns professores relataram também a necessidade de realizar mais projetos interdisciplinares, como feira de ciências, espaços literários, campeonatos, e outras atividades artísticas e culturais. Sendo assim, é por meio de atividades esportivas, culturais e de lazer que se estimula a criatividade, a interação, a cooperação, a responsabilidade e a disciplina. Além disso, funciona como um meio para o adolescente

se expressar, desenvolver habilidades, adquirir conhecimentos, despertar para novas possibilidades, instigar a curiosidade e o interesse bem como propiciar o relaxamento e a reflexão.

Do ponto de vista dos alunos, as aulas são boas e os métodos utilizados pelos professores são satisfatórios. No entanto, a maioria deles questiona acerca da disciplina de educação física, pois considera pouca a quantidade de aulas durante a semana e acham o tempo curto para a realização de jogos, por exemplo. Infelizmente, essa queixa dos alunos se confronta com a burocracia do Estado, pois há uma carga horária que deve ser cumprida para cada disciplina e não há autonomia do professor para alterar o que está posto nos documentos e normativos que regem a educação escolar.

IV – Estrutura física da escola e materiais pedagógicos

Nesse aspecto houve divergência de opiniões. Por um lado, os alunos relataram que a estrutura física da escola atende às necessidades educacionais e que eles estão satisfeitos com o espaço disponível, tamanho das salas, disposição do banheiro, etc. Quanto aos materiais utilizados, apesar das limitações de acesso e de uso contínuos, também consideram como sendo satisfatórios. E, nesse sentido, o que chama atenção, é que, apesar deles serem monitorados com relação a utilização de caneta, lápis e outros materiais didáticos, nenhum aluno relatou se sentir incomodado com essa situação.

Cabe ressaltar que na Unidade, os alunos são proibidos de levar para o quarto, seu caderno individual, lápis, caneta e qualquer outro material escolar, por se tratar de uma norma da Gerência de Segurança. Essa regra se dá em razão de considerarem perigoso o uso desses materiais por parte dos adolescentes sem que haja um monitoramento feito pelos agentes socioeducativos. Assim, tudo o que é produzido por eles na escola, fica retido ou com o professor da matéria, ou na sala de coordenação.

Por outro lado, esse item foi demasiadamente criticado pelos professores, que de um modo geral consideram a estrutura física da escola inadequada: salas pequenas, lousa desgastada, ausência de um espaço específico para aulas de ciências e artes, porta da sala de aula imprópria para o ambiente escolar, disposição do banheiro ruim, tendo em vista que fica dentro da própria sala, ausência de bebedouro nas salas, pois estes ficam localizados no corredor do prédio, o que acaba gerando um certo desconforto no trajeto do aluno sair da sala para beber água, pois, para isso é necessário que ele seja acompanhado por um agente, que, nem sempre está disponível para essa função.

Em se tratando dos materiais pedagógicos, a grande maioria dos professores considera como sendo insuficientes e escassos para atender a demanda das atividades escolares. Dessa forma, relataram que os aparelhos de TV e DVD são insuficientes para atender a quantidade de turmas, os cadernos utilizados pelos alunos são frágeis,

faltam livros didáticos e outros materiais como papéis coloridos, cartolina, pincéis e jogos pedagógicos que tem como finalidade desenvolver o raciocínio lógico e a capacidade de concentração. Para Bromberg 2007, a escola deve reconhecer os materiais pedagógicos como uma relevante ferramenta para auxiliar nas aulas e propiciar a possibilidade de aprendizagens.

Diante disso, é preciso reconhecer a importância e a necessidade do professor não apenas está capacitado, mas também, que ele disponha de recursos e instrumentos pedagógicos que facilite seu trabalho e que acima de tudo contribua para a qualidade no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

V – Contribuições e desafios no processo educacional

Nesta dimensão, foi analisado o papel da escola no atendimento socioeducativo, bem como os desafios enfrentados na rotina de trabalho dentro da Unidade de Internação. Assim, para os professores, a escola desempenha um papel indispensável no processo de ressocialização do adolescente, pois, é no ambiente escolar, que o aluno tem oportunidade de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades sensoriais e cognitivas, refletir acerca da vida em sociedade, do respeito às regras, da responsabilidade sobre seus atos, da conscientização dos direitos e deveres enquanto cidadão, e por fim, de estabelecer relações de afeto e confiança com o próximo. Daí a importância em desenvolver um projeto pedagógico que atenda as peculiaridades e expectativas desses adolescentes, tornando o processo de ensino aprendizagem mais significativo para os alunos.

Segundo Oliveira (2003) não se pode chamar de projeto pedagógico um fazer que inclua a imposição das aulas, nas quais o educador seja apenas depositário de conteúdo no aluno e cujas atividades estejam em desacordo com a situação de vida do educando. Além disso, não se trata de um projeto pedagógico aquele em que a segurança seja privilegiada em detrimento de ações educativas, com a proibição de leitura no interior dos alojamentos ou o impedimento do acesso a materiais didáticos.

Essa afirmação vai de encontro ao pensamento de um professor, que relatou a seguinte resposta: o trabalho do professor não pode se restringir apenas à transmissão de conteúdos, mas, é preciso que, em seu fazer pedagógico, se inclua questões voltadas para a vivência e habilidades desses adolescentes.

Em se tratando dos desafios, para a maioria dos professores, além da dificuldade de material, da inadequação da estrutura física e da burocracia do próprio sistema, um grande desafio no sistema socioeducativo consiste na relação de trabalho estabelecida entre a equipe de professores e a equipe de segurança. Infelizmente, alguns profissionais da segurança parecem dificultar o trabalho da escola, pois, em determinados momentos eles demonstram insatisfação em permanecer no ambiente escolar, tratam os adolescentes

com grosseria, e, chegam a considerar inútil o trabalho desenvolvido pelos professores, pois acreditam que os adolescentes são incapazes de aprender e/ou de melhorar seu comportamento para o convívio na sociedade. Dessa feita, é sugerido concluir que a equipe de segurança ao agir do modo citado pelos professores opta por reforçar um sistema punitivo, considerando-o como o tratamento mais eficaz para o adolescente em conflito com a lei.

No contexto do sistema socioeducativo, paira a ideia de que o espaço escolar dentro da Unidade, funciona como um facilitador para os adolescentes que pretendem articular rebelião, organizar fugas e ataques contra o grupo rival. Porém, não é por conta dessa particularidade, que seja necessário extinguir com as práticas escolares que os alunos têm por direito. Infelizmente, alguns profissionais da segurança entendem como um perigo retirar os adolescentes dos alojamentos e conduzir para a escola. E, como consequência disso, os alunos ficam sem aula. Dessa forma, outro problema apontado pelos professores, refere-se à irregularidade das aulas. Além desse, existem outros fatores que levam os alunos a não irem para escola: briga no módulo, suspeita de objetos cortantes nos quartos, déficit de agentes, reuniões com os líderes das gerências, dentre outros. Sendo assim, o aspecto segurança acaba se sobrepondo ao aspecto educativo. Não que o primeiro não tenha a sua importância. Mas, é preciso considerar que, o ambiente escolar, poderia assumir uma relevância no processo socioeducativo, afinal, a escola poderia ser um espaço destinado a troca de ideias, experiências e conhecimentos sejam eles, formal ou não, em que se estabelecesse relações de diálogo, respeito mútuo, confiança e cidadania.

Os alunos também apontaram a falta de regularidade das aulas como um desafio a ser superado na unidade além de considerar frustrante o fato de permanecerem ociosos nos módulos. E, ainda nesse aspecto, relataram insatisfação no que se refere a proibição no uso de livros didáticos e/ou literários dentro dos quartos.

A escola surge como um espaço estratégico para o desenvolvimento de uma política cultural voltada ao exercício da cidadania, do resgate e afirmação dos valores morais e éticos e, essencialmente, da prática da inclusão. (SARAIVA, 2006, pag. 55)

Sendo assim, é por meio do diálogo constante, das relações interpessoais entre professor, alunos e agentes, do estabelecimento de vínculos afetivos e do saber ouvir, que a prática educativa e de socialização se tornarão mais significativas e eficazes na vida desses adolescentes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi analisado, percebemos que a escola, dentro da Unidade, poderia desempenhar um papel importante no processo de ressocialização do adolescente infrator,

realizando uma capacitação por meio das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, em que o aluno participasse de uma formação que visasse conhecimentos para a vida, ao invés de focar somente nos conteúdos, que na grande maioria estão dissociados do cotidiano do adolescente. Nessa perspectiva, a escolarização seria um instrumento no qual o adolescente estabelece relações de diálogo, de troca de vivência coletiva, de responsabilização, de respeito a si mesmo e ao outro, da conscientização dos direitos e deveres para uma vida em sociedade.

Com base no estudo empírico, observamos que a escola da UISM, conta com uma equipe de professores comprometidos com seu trabalho, que busca continuamente fazer cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, que tem se esforçado em traçar novas metodologias no intuito de conquistar e aproximar mais o conteúdo programático às experiências e habilidades dos alunos, tornando o processo ensino aprendizagem mais significativo e eficaz. Consideram primordial criar vínculos afetivos visando adquirir o respeito e a confiança dos adolescentes. E, nesse sentido, não se restringem em apenas cumprir o conteúdo destinado para cada série, mas, sempre que possível, desenvolvem reflexões que priorizam motivar os adolescentes na busca por uma mudança de postura na sua própria vida e no meio em que vive.

No que se refere ao perfil dos adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa, observamos que, a maioria possui um déficit de conteúdo e que estão defasados no quesito idade/série. São participativos, realizam as atividades propostas, porém, o interesse e entusiasmo, nem sempre são constantes. Dependem do seu estado emocional: às vezes agitados, às vezes dispersos, porém, todos os alunos gostam de frequentar a escola, independentemente de qualquer situação.

Em se tratando da rotina escolar, os principais problemas apontados tanto pelos professores como pelos alunos, referem-se à instabilidade das aulas, ou seja, elas não acontecem com frequência e isso gera frustração para ambas as partes. Além disso, o professor trabalha com material pedagógico escasso e enfrenta constantemente embates com a equipe da segurança, que por muitas vezes, dificulta a saída dos adolescentes para a escola, por achar o ambiente escolar propício e vulnerável para acontecerem intrigas e confusões entre os internos.

Portanto, é preciso romper e desconstruir esse paradigma de que é por meio da imposição de regras, da restrição severa e da punição que o adolescente irá mudar sua postura e seu comportamento. Pelo contrário, para conquistar tal mudança é necessário que o adolescente se sinta acolhido, confiante e respeitado por todos. Assim, ao oportunizar esses adolescentes a frequentar a escola, realizar atividades em grupo, fazer leitura no interior dos alojamentos, participar de atividades esportivas, culturais e artísticas, estaremos trabalhando para possibilitar uma capacitação pautada no viés educacional em detrimento do punitivo potencializando o desenvolvimento do adolescente, em que seja capacitado

para se inserir nos contextos sociais como um ser humano crítico.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo de C. **O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes**, 2018.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. (16. ed.) São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 2015.

BROMBERG, Maria Cristina. **O material didático e sua importância – Hiperatividade**, 2007.

CUNHA, Maria Isabel. (org). **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papyrus, 2007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 60 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

OLIVEIRA, Eliana Rocha. **Ensinando a não sonhar: anti-pedagogia oficial destinada a adolescentes infratores no estado do Rio de Janeiro**. Katálysis, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 85-95, jan./jun. 2003.

PEREIRA, Maria José de Araújo; GONÇALVES, Renata. **Afetividade: Caminho para a Aprendizagem**, 2010.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Amorim, K. S., & Vitória, T. **Integração família e creche – o acolhimento é o princípio de tudo**. Estudos em Saúde Mental, Ribeirão Preto, FMRP-USP, 107-131, 1997.

SARAIVA, Liliane Gonçalves. **Medidas sócio-educativas e a escola: uma experiência de inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação na Ciência). – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Ijuí (RS), 2006.


SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2008.


SOUSA, Maria Goreti da Silva. **A formação continuada e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Teresina- PI: revelações a partir de histórias de vida**. (Dissertação de Mestrado em Educação – UFPI), 2008.


VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DESAFIOS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

DESAFIOS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021